

05 SET 2019

#ROLÊ CULTURAL

BEMPARANÁ Paraná amplia acesso à cultura com projeto do TJ

Iniciativa cria parcerias de inclusão a pessoas em situação de vulnerabilidade

Diz a Constituição da República que é “competência comum da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios (...) proporcionar os meios de acesso à cultura.” E o Paraná deu ontem um importante passo nesse sentido. É que o Tribunal de Justiça do Paraná (TJ-PR) fechou um acordo de cooperação para ampliar e incentivar o acesso à cultura por crianças, jovens e adultos em situação de vulnerabilidade e que são atendidos pro projetos tocados pelo Judiciário.

A ação faz parte do projeto Rolê Cultural, desenvolvido pela 2ª Vice-Presidência do TJ-PR e que pretende incentivar a inserção de crianças, de adolescentes e de demais grupos em situação de vulnerabilidade social na cultura, como forma de emancipação, pacificação e melhora da sua qualidade de vida. Para tanto, o projeto cria parcerias públicas e privadas que incentivam o acesso de pessoas carentes a visitas guiadas a museus e pontos turísticos da cidade, a sessões históricas e clássicas de cinema, a peças de teatro, a concertos de música, entre outros.

Idealizador do Rolê Cultural, o segundo vice-presidente do TJ-PR, desembargador José Laurindo de Souza Netto, participou na manhã de ontem da cerimônia realizada no Museu Paranaense que firmou a parceria. Na ocasião, explicou que, apesar de atender mais públicos, o foco



José Laurindo de Souza assina parceria com a Prefeitura e o Estado

principal do projeto são os jovens que participam de iniciativas do Tribunal, como o Jovem Promissor, que trabalha com crianças de abrigos de Curitiba, e o Geração Atitude, com estudantes de escolas públicas.

“A segunda vice-presidência atua na solução de conflitos da sociedade, e nós entendemos que a arte e a cultura são instrumentos de emancipação, que ajudam na solução de conflitos, trazem a reflexão e fomentam a autonomia das pessoas”, disse o desembargador José Laurindo.

Outra novidade que pode pintar em breve também é que o TJ-PR estuda firmar uma parceria com a Fundação Cultural de Curitiba para também levar os jovens aos espaços culturais da cidade.

“É um projeto importante para fomentar a educação para a memória, para o patrimônio e para entender o que nós somos. Os nossos meninos e meninas precisam ser preparados para contemplação do passado, para terem direito a um grande futuro”, afirmou o prefeito Rafael Greca.

BEMPARANÁ 05 SET 2019

OPERAÇÃO INTEGRAÇÃO

Justiça bloqueia mais R\$ 19,9 milhões de Richa

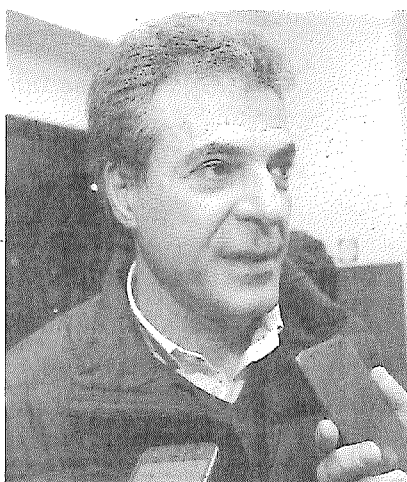
Decisão atinge mais 16 acusados em processo envolvendo aditivos da Econorte

Da Redação

O juiz Friedmann Anderson Wendpap, da 1ª Vara Federal de Curitiba, determinou ontem o bloqueio de bens do ex-governador Beto Richa (PSDB) e mais dezesseis pessoas além de duas empresas no valor de R\$ 19,96 milhões, no âmbito da operação Integração, fase da Lava Jato que investiga um esquema de corrupção no pedágio. Richa e os demais envolvidos são acusados pelo Ministério Público Federal de improbidade administrativa, pela suposta participação em um esquema de pagamento de propina da concessionária Econorte em troca de aditivos contratuais, com cancelamento de obras e aumento de tarifas.

Além do ex-governador, foram atingidos pela decisão o irmão do tucano e ex-secretário de Estado da Infraestrutura e Logística, José "Pepe" Richa Filho; o primo e empresário Luiz Abi Antoun; o ex-secretário de Estado do Cerimonial, Ezequias Moreira; e o ex-presidente da Associação Brasileira de Concessionárias de Rodovias do Paraná (ABCR/PR), João Chiminazzo Neto, entre outros empresários e agentes públicos. A denúncia do MPF aponta que Richa e o chamado "Núcleo Público" do suposto esquema teria recebido propina da concessionária e da ABCR para a aprovação de aditivo contratual em favor da Econorte, em 2014, referente ao "reequilíbrio econômico-financeiro" fundado em hipotéticas perdas de receitas de uma praça de pedágio de Jacarezinho (Norte Pioneiro).

Franklín de Freitas



Beto Richa: terceiro bloqueio

A acusação se baseia em acordos de delações premiadas do ex-diretor-geral do Departamento de Estradas de Rodagem (DER/PR), Nelson Leal Júnior; e dos ex-executivos da Econorte, Hélio Ogama e Hugo Ono. Segundo Leal Júnior, havia um "sistema de arrecadação de vantagens ilícitas", especialmente no primeiro mandato do então governador. O ex-diretor do DER aponta ainda que o dinheiro seria arrecadado "mesmo fora de períodos eleitorais, ainda que nestes isso se intensificasse".

Tarifas

Graças ao pagamento de propina, aponta o MPF, somente a Econorte teria obtido vários ajustes nos contratos, um deles resultando em degraus tarifários de 24,75% e outro de 2,75%. "Nesse cenário, entendendo presentes indícios suficientes para entender pela existência de colusão es-

tável para pagamento de vantagens ilícitas que influenciou a celebração do aditivo, aparentemente em prejuízo dos fins do contrato (e em última instância, daqueles que usam o serviço e pagam por ele, além de eventuais reflexos ao erário, ao desenvolvimento, ao meio ambiente, à confiança do povo nas instituições), cabendo averiguar a individualização das condutas", aponta o juiz no despacho.

O magistrado destaca ainda que segundo a acusação, Beto Richa e o irmão, José "Pepe" Richa, assinaram os aditivos em favor da Econorte na condição de governador e secretário de Infraestrutura, respectivamente, "e, no Poder Público, foram os maiores responsáveis pelas medidas criminosas e ilícitas neles adotadas".

Histórico

No mês passado, o juiz da 23ª Vara Federal de Curitiba, Paulo Sérgio Ribeiro, já havia acatado outro pedido de bloqueio de bens de até R\$ 2 milhões contra Richa e outras seis pessoas investigadas na operação Piloto, também do MPF, que investiga suspeitas de fraude em uma licitação para a duplicação da PR-323 (região Noroeste). O tucano e outros doze investigados também foram alvo em outubro de 2018 de uma decisão da Justiça Estadual, que determinou a indisponibilidade dos bens dos investigados na operação Quadro Negro, do Ministério Público do Paraná, que investiga um esquema de desvio de recursos para construção e reforma de escolas públicas.

05 SET 2019

BEMPARANÁ

Moro evita falar sobre mudança na cúpula da PF

O ministro da Justiça e Segurança Pública, Sergio Moro, deixou uma entrevista coletiva convocada pelo pasta ontem sem responder a uma pergunta sobre se haverá uma troca no comando da Polícia Federal (PF). O presidente Jair Bolsonaro, em entrevista ao jornal "Folha de S Paulo" na terça-feira, disse que já conversou com Moro sobre mudança no comando da PF. "Está tudo acertado com o Moro, ele pode trocar o diretor-geral, Maurício Valeixo quando quiser", disse o presidente.

Na semana passada Moro defendeu Valeixo, disse que estava realizando um trabalho "extraordinário", ao mesmo tempo que defendeu o presidente Jair Bolsonaro, que vinha sendo alvo de críticos apontando afastamento do presidente das pautas de combate a corrupção que marcaram a campanha eleitoral.

O comentário de Bolsonaro torna clara a continuidade da pressão sobre Moro para que aceite a troca no comando da PF desejada pelo presidente.

Lava Jato

O ministro Gilmar Mendes, do Supremo Tribunal Federal (STF), tirou de Curitiba o único caso contra o ex-ministro Guido Mantega, que corria na 13ª Vara Federal. Mendes determinou que o caso seja enviado à Justiça Federal do Distrito Federal. A decisão vale apenas para Mantega. A denúncia havia sido aceita em agosto de 2018, quando Sergio Moro ainda era o juiz do caso, hoje sob responsabilidade de Luiz Antonio Bonat. Nela, o ex-ministro é acusado de corrupção e lavagem de dinheiro.

Delações

Segundo procuradores, ele teria recebido da empreiteira Odebrecht para atuar na edição de medidas provisórias que beneficiavam empresas do grupo, permitindo refinanciamento de dívidas. De acordo com Fábio Tófic Simantob, advogado de Mantega, a medida apenas garante o cumprimento de outras decisões tomadas pelo Supremo, que haviam tirado de Curitiba as menções feitas ao ex-ministro em delações premiadas. Com a decisão, caem todas as medidas cautelares sobre Mantega, como a apreensão de passaportes e o uso de tornozeleira eletrônica.

Licença-prêmio

O líder da oposição na Assembleia Legislativa, deputado Tadeu Veneri (PT), criticou ontem a proposta do governo do Estado de acabar com a licença-prêmio dos servidores públicos. Na mensagem, o Executivo alega que a licença é um "privilégio" e que a assiduidade do servidor assíduo já é contemplada com o pagamento do salário integral. "Para o governador, receber um salário é o máximo que um servidor pode almejar. E sem reposição da inflação, como ocorre com os servidores do Executivo. É a lógica da precarização do trabalho defendida pelo governo federal que começa a ser aplicada no Estado".

METRO 05 SET 2019

Brittes se mantém calado em audiência

Caso Daniel. Em seu primeiro depoimento à Justiça, assassino confesso do jogador preferiu ficar em silêncio. Sessão será retomada hoje e juíza definirá até amanhã se réus vão a Júri Popular

Assassino confesso do jogador Daniel Correa Freitas, o empresário Edison Brittes Júnior, de 34 anos, permaneceu em silêncio durante seu primeiro interrogatório, ontem, no Fórum de São José dos Pinhais, na região metropolitana de Curitiba. Marcada inicialmente para começar no dia 13 de agosto, a audiência foi adiada para este mês porque uma testemunha arrolada pela defesa de Brittes não pode comparecer.

Ontem foram ouvidos os sete réus no processo. Igor King e David Willian Volleiro Silva, que respondem por homicídio triplamente qualificado e ocultação de cadáver, também permaneceram em silêncio.

Allana Brittes, filha de Edison e que responde em liberdade, teria defendido a mãe, Cristiane, que é ré por homicídio qualificado. Segundo Allana, Cristiana teria tentado defender Daniel quando o jogador era agredido na casa da família. Ontem também foram ouvidos Cristiana e outros dois réus, Evellyn Perusso e Eduardo Henrique da Silva. Somente Evellyn e Allana



Edison Brittes chega para prestar depoimento no Fórum de São José dos Pinhais | ERNANI OGATA/CÓDIGO 19/FOLHAPRESS

respondem em liberdade.

O Metro Jornal tentou entrar em contato ontem à noite com o advogado da família de Daniel, Nilton Ribeiro, mas ele não atendeu às ligações. Procurado, o advogado da família Brittes, Claudio Dalledone Júnior, não se manifestou até o fechamento desta edição.

As defesas dos suspeitos te-

rão um prazo para apresentar suas alegações. Em seguida, a juíza Luciani Regina Martins de Paula terá mais um prazo para decidir se os réus irão ou não a júri popular.

Daniel foi morto no dia 27 de outubro do ano passado, depois de participar da festa de aniversário de 18 anos de Allana Brittes em uma casa noturna em Curitiba na noi-

te anterior. De lá o grupo seguiu para a casa da família Brittes, em São José dos Pinhais. O corpo foi encontrado em uma área de mata em São José dos Pinhais.

O ex-jogador do São Paulo e do Coritiba foi morto por degolamento e teve o pênis decepado. Edison Brittes alegou que Daniel tentou estupro Cristiana. METRO CURITIBA

05 SET 2019

METRO

Pedágios. Richa e mais 16 têm bens bloqueados

O juiz Friedmann Anderson Wendpap, da 1ª Vara Federal de Curitiba, determinou ontem o bloqueio de bens do ex-governador Beto Richa e de mais 16 pessoas no âmbito da operação Integração. O valor total do bloqueio é de R\$ 19,96 milhões. A operação investigou um suposto esquema de pagamento de propinas pelas empresas de pedágio do Anel de Integração.

Em nota, a defesa de Richa afirmou que ele jamais se envolveu em qualquer ato de corrupção e que na condição de governador ele se limitou a aprovar atos "cuja legalidade fora atestada pelo Estado do Paraná, pelo DER/PR, pela Agepar, sob fiscalização do governo federal".

A nota diz ainda que todas as alterações realizadas nos contratos foram avaliadas pela Procuradoria do Estado. "A tentativa de vincular os ex-governador a supostos atos de corrupção se ampara exclusivamente na palavra de réus confessos, que receberam diversos benefícios para envolver seu nome nos supostos atos de corrupção em sua delações premiadas".

• METRO CURITIBA

05 SET 2019

FOLHA DE S. PAULO

Intacto, Moro supera em 25 pontos aprovação de Bolsonaro, diz Datafolha

Ministro mais popular e bem avaliado, ex-juiz se tornou alvo de 'alfinetadas' do presidente e tem sofrido derrotas no Congresso

Flávia Faria

SÃO PAULO Sergio Moro continua como o ministro mais bem avaliado do governo de Jair Bolsonaro (PSL), com um patamar de apoio da população que supera o do próprio presidente.

A conclusão é da mais recente pesquisa nacional do Datafolha, feita na quinta (29) e sexta-feira (30) da semana passada. Segundo o levantamento, Moro é conhecido por 94% dos entrevistados, a taxa mais alta na Esplanada.

Dentre os que afirmam conhecê-lo, 54% avaliam sua gestão à frente do Ministério da Justiça e Segurança Pública como ótima ou boa. Outros 24% a consideram regular, e 20%, ruim ou péssima —2% não responderam.

Em comparação, são 29% os entrevistados pelo Datafolha que aprovam o governo Bolsonaro, 30% os que o consideram regular e 38% os que avaliam como ruim ou péssimo (2% não responderam).

O titular da Justiça mantém o nível de aprovação em meio às constantes "frituras" por parte do presidente, a derrotas no Congresso e à divulgação de mensagens que expuseram a sua proximidade com procuradores da Lava Jato e colocaram em dúvida a sua imparcialidade como juiz.

A avaliação de Moro se manteve intacta desde o último Datafolha, em julho, com variações dentro da margem de erro, que é de dois pontos percentuais, para mais ou para menos. Naquele mês, eram 55% os que consideravam sua gestão boa ou ótima, 21% avaliavam como regular e outros 21% como ruim ou péssima (3% não responderam).

Desde julho, contudo, Moro passou por diversas crises. Na mais recente, viu Bolsonaro interferir em indicações para a Polícia Federal, que está subordinada ao Ministério da Justiça, e minar sua autoridade.

"Está na lei que eu que indico, e não o Sergio Moro. E ponto final", disse Bolsonaro, em 22 de agosto, indicando que poderia trocar o diretor-geral da PF. Quem ocupa o cargo é Mauricio Valeixo, escolhido por Moro, com quem trabalhou nos tempos de força-tarefa da Lava Jato em Curitiba.

No intervalo entre as pesquisas, o ministro também foi alvo de novas reportagens baseadas nas mensagens que trocou com procuradores da Lava Jato enquanto juiz responsável pelos casos da operação.

Os arquivos, obtidos pelo site The Intercept Brasil, revelaram, entre outras coisas, que Moro interferiu em negociações de delações, o que

não está previsto na lei, e omitiu uma palestra remunerada ao prestar contas de suas atividades como juiz.

Na pesquisa de julho, cerca de um mês após a publicação das primeiras reportagens (em 9 de junho), 58% reprovaram sua conduta nas conversas com procuradores da Lava Jato e disseram que suas decisões como juiz deveriam ser revistas. Ainda assim, 55% eram contra a possibilidade de ele deixar o cargo.

No Congresso, o ministro viu pontos de seu pacote anticrime serem barrados ou alterados. É o caso da execução da pena após condenação em segunda instância, item considerado caro ao ex-juiz e que foi retirado do projeto.

Bolsonaro, por sua vez, disse que o pacote, prioridade para Moro, não é visto com urgência pelo governo.

Na terça-feira (4), em entrevista à Folha, o presidente disse que Moro não tinha "malícia" da política e que era ingênuo até chegar ao governo. Bolsonaro também afirmou que o nome de Moro não seria aprovado pelo Senado em uma eventual indicação para ministro do STF (Supremo Tribunal Federal) —nomeação esta que, em maio, disse ter reservado ao ex-juiz.

CONTINUA

As alfinetadas do presidente, contudo, não foram suficientes para descolar sua imagem da de Moro. Os estratos bolsonaristas são os que apresentam os mais altos índices de apoio ao ministro.

Entre os que conhecem Moro, consideram sua gestão como ótima ou boa 80% dos que votaram em Bolsonaro, 88% dos que aprovam o governo e 89% dos que dizem sempre confiar no que diz o presidente. Entre os simpatizantes do PSL, partido do de Bolsonaro, 97% apoiam o ex-juiz.

Outros segmentos que se sobressaem pela avaliação positiva do ministro são os que se declaram brancos (60% de ótimo ou bom), os evangélicos (61%) e os moradores da região Sul (64%). Bolsonaro também se destaca nesses estratos, mas com aprovação bem mais modesta: 36%, 37% e 37%, respectivamente.

Moro tem apoio mais discreto entre estudantes (38% de avaliação positiva), moradores do Nordeste (40%) e desempregados (45%). Já Bolsonaro tem alguns de seus piores índices de desempenho nesses segmentos, acumulando 19%, 17% e 18% de ótimo ou bom, respectivamente.

O Datafolha também pediu que os entrevistados avaliassem a atuação de outros quatro ministros: Paulo Guedes (Economia), Tarcísio Gomes (Infraestrutura), Ricardo Salles (Meio Ambiente) e Abraham Weintraub (Educação).

Desses, Guedes é mais conhecido (81% dizem saber quem ele é) e Weintraub, o menos (31% afirmam conhecê-lo). O titular do MEC e Salles são os mais mal avaliados: entre os que dizem conhecê-los, 32% e 33%, respectivamente, consideram sua atuação ruim ou péssima.

Figura central da crise na Amazônia, o ministro do Meio Ambiente foi o único que viu sua reprovação crescer — alta de 12 pontos percentuais em relação a julho, quando somava 21% de ruim e péssimo.

Na outra ponta, Guedes tem a segunda melhor avaliação, perdendo apenas para Moro. O titular da Economia soma 38% de ótimo e bom entre os que dizem conhecê-lo.

Outro ponto questionado pelo Datafolha se refere ao que os entrevistados consideram o principal problema do país quando levadas em conta as áreas de atuação do governo federal. A saúde foi citada por 18%, seguida por educação e desemprego, com 15% cada um.

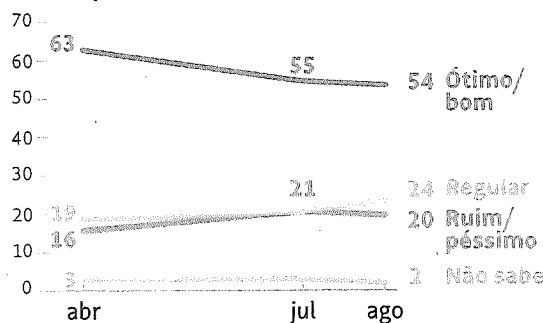
Segurança pública, área de Moro, foi mencionada por 11%. No levantamento de julho, as questões relacionadas à violência foram apontadas como o maior problema brasileiro, com 19% das menções.

O Datafolha ouviu 2.878 pessoas em 175 municípios de todas as regiões do país.

Aprovação de Moro se mantém, e ministro ainda é mais bem avaliado que Bolsonaro

Percentual dos que consideram sua gestão boa ou ótima ficou estável desde julho

Avaliação do ministro Sergio Moro entre os que dizem conhecê-lo, em %



Reprovação = Avaliação "ruim/péssimo"
Aprovação = Avaliação "ótimo/bom"

Moro é o ministro mais popular do governo: 94% dos entrevistados dizem conhecê-lo

Ex-juiz é mais apoiado que o presidente

Avaliação ótimo/bom registrada em agosto, em %



Moro*

54



Bolsonaro

29

CONTINUA

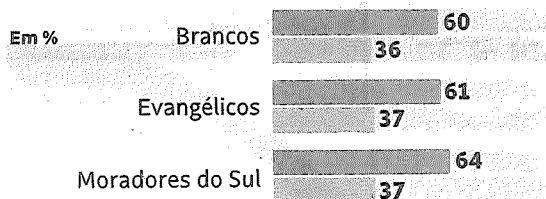
05 SET 2019

FOLHA DE S. PAULO

CONTINUAÇÃO

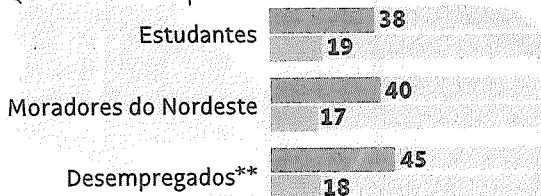
Quem mais apoia Moro

■ Aprovação de Moro* ■ Aprovação de Bolsonaro



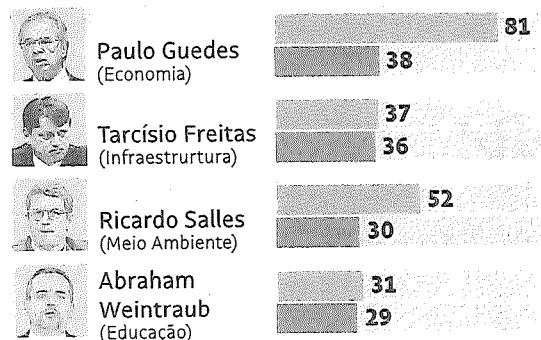
97% dos partidários do PSL apoiam Moro

Quem menos apoia



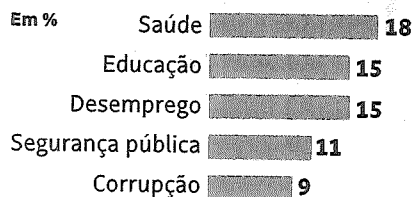
Depois de Moro, Guedes é o ministro mais bem avaliado

■ Conhecem, em %
■ Avaliam gestão como ótima/boa, em %*

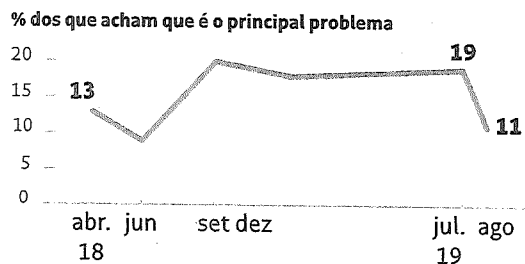


12 pontos percentuais foi o aumento da aprovação a Salles em relação à pesquisa de julho

O que os entrevistados consideram o principal problema do país***



Segurança deixou de ser vista como área mais problemática



*Considera como base os entrevistados que disseram conhecer o ministro **Desempregados que procuram emprego ***Em relação a áreas de atuação do governo federal Fonte: Pesquisa Datafolha com 2.878 entrevistas realizadas em 175 municípios de todo o país em 29 e 30 de agosto; margem de erro de 2 pontos percentuais para mais ou para menos e nível de confiança de 95%

05 SET 2019

FOLHA DE S. PAULO

Mudança na PF

é dada como certa, e sucessão vira nova batalha de ex-juiz

Em processo de fritura, ministro da Justiça deve tentar emplacar substituto de diretor-geral

Camila Mattoso

BRASÍLIA Após as recentes declarações do presidente Jair Bolsonaro (PSL) à Folha, a saída do diretor-geral da Polícia Federal, Maurício Valeixo, é tratada internamente como quase irreversível.

Valeixo, no entanto, está até o momento decidido a não pedir demissão e aguardar a definição sobre sua exoneração.

Mesmo que a "poeira volte a baixar", frase que tem sido muito usada por dirigentes da polícia, a avaliação interna é que a demissão já está certa.

Em um processo de fritura política a cada dia por Bolsonaro, o ministro da Justiça, Sergio Moro, deve enfrentar uma batalha para emplacar o substituto de Valeixo no principal cargo da PF.

Historicamente, o responsável pela pasta é quem decide o nome, embora, por lei, seja uma atribuição do presidente.

Com o desgaste que vem ocorrendo, porém, dentro da PF a expectativa de que Moro consiga nomear alguém de sua confiança é baixa.

Bolsonaro afirmou, em café da manhã com a Folha na terça-feira (3), que o comando da polícia precisa dar uma "arejada", numa referência contrária ao grupo ligado a Valeixo dentro da PF.

"Essa turma [da PF] está lá há muito tempo, tem que dar uma arejada", disse. Ele ainda chamou de "babaquice" a reação de integrantes da corporação às declarações dele sobre trocas na instituição.

Questionado na manhã de quarta sobre a declaração, na saída do Palácio da Alvorada, o presidente respondeu: "Não é arejada na PF. Tudo tem que ser... é o que eu falei para o cara da Folha ontem. Tudo pode ser arejado, tudo. Daí ele botou a PF. Até na minha casa, dou uma arejada aqui, abro cortina".

O presidente reforçou à Folha nome que circula nos bastidores da polícia há quase duas semanas, o do delegado e atual secretário de Segurança Pública do Distrito Federal, Anderson Gustavo Torres.

Torres, porém, tem resistência da atual administração e não seria uma escolha de Moro.

A provável saída de Valeixo coloca ainda um novo aspecto de fracasso na gestão do ex-juiz: o desmoronamento do projeto Lava Jato que ele tinha para o ministério. Deve colocar fim também à breve passagem de Igor Romário na direção da PF.

Igor é um dos principais nomes da Lava Jato, tendo sido coordenador da força-tarefa da operação em Curitiba. Ele

é diretor de Combate ao Crime Organizado, terceiro cargo da hierarquia da polícia.

Roberto Leonel, que foi presidente do Coaf (Conselho de Controle de Atividades Financeiras) até semanas atrás, também era parte da proposta de Moro para levar ao governo um modelo da Lava Jato.

Nesta quarta-feira (4), após a publicação das novas declarações de Bolsonaro, Moro mais uma vez se calou sobre a crise na PF.

Seu silêncio tem incomodado a cúpula da PF, para a qual a postura deixa a corporação exposta a interferências políticas.

O ex-juiz federal ficou apenas três minutos em um evento marcado pela pasta e foi embora sem responder a perguntas de jornalistas.

O ministério convocou a imprensa para uma entrevista sobre a terceira fase de uma operação de combate à pedofilia. O ministro fez o discurso de abertura, falou por cerca de dois minutos e meio e disse que teria de ir embora para um outro compromisso.

A reportagem perguntou a Moro, enquanto ele se retirava da sala do Ministério da Justiça, sobre a troca de comando da PF. Ele não respondeu, acenando com a mão, dando tchau.

CONTINUA

05 SET 2019

FOLHA DE S. PAULO

CONTINUAÇÃO

A assessoria do Ministério da Justiça não soube informar qual compromisso o ministro tinha. Em sua agenda disponível no site, havia uma reunião com a desembargadora Rosane Portella Wolff, às 11h. O evento com a imprensa começou às 10h35.

Desde o início da crise com a PF, o ministro falou sobre o assunto apenas em uma entrevista para a GloboNews.

“Veja, como eu tenho as várias funções aqui do Ministério da Justiça, as coisas eventualmente podem mudar, mas ele está no cargo, permanece no cargo, tem a minha confiança”, disse, em 28 de agosto.

A agenda desta quarta foi a primeira convocada no formato de entrevista coletiva, que pressupõe a dinâmica de perguntas e respostas.

FOLHA DE S. PAULO 05 SET 2019

Prometer indulto antecipado significa dar licença para matar, diz criminalista

Presidente Jair Bolsonaro prometeu conceder benefício a policiais 'condenados injustamente'

ENTREVISTA
CEZAR ROBERTO
BITENCOURT

Rogério Gentile

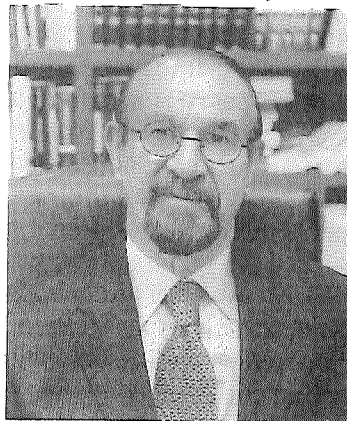
SÃO PAULO Autor de mais de 20 obras na área do direito penal, o advogado Cezar Roberto Bitencourt, 69, afirma que a promessa do presidente Jair Bolsonaro de indultar policiais "ultrapassa os limites constitucionais permitidos".

"Prometer antecipadamente indultar determinada categoria, policiais, pelo simples fato de integrarem as forças de segurança caracterizará, inegavelmente, licença para matar", diz Bitencourt, doutor em direito penal pela Universidade de Sevilha, na Espanha.

Segundo ele, o indulto garantirá a impunidade não apenas desses policiais, "mas de todos os demais que vierem a matar no futuro".

O presidente tem poder incondicional para indultar policiais? O presidente tem, em tese, poder para indultar qualquer condenado, ressalvada a restrição constitucional. Não se trata de um poder presidencial ilimitado, posto que não existe poder absoluto em nosso texto constitucional, que adota um sistema de freios e contrapesos, equilibrando a independência e harmonia dos três Poderes.

O indulto é ato discricionário e privativo do presidente da República, que pode concedê-lo segundo critérios de conveniência e de oportuni-



Cezar Roberto Bitencourt, 69
Doutor em direito penal pela Universidade de Sevilha. É professor universitário, procurador de Justiça aposentado e advogado criminalista. Autor de mais de 20 obras na área do direito penal

dade, observada a limitação constitucional [inc. XLVIII do artigo 5º]. O poder de indultar um condenado constitui liberalidade do Estado conferido ao seu mandatário máximo.

Trata-se de "benefício" concedido, em caráter absolutamente excepcional, aos autores de práticas delituosas. O presidente, ao exercer essa competência constitucional, pratica um ato discricionário, que deve, em tese, ser respeitado pelos demais Poderes.

Quais são os limites para uma medida como essa? Os limites são os previstos na própria Constituição, ou seja, somente poderá ser examinada pelo Poder Judiciário a sua consti-

tucionalidade, e não o mérito do indulto. Pela Constituição, como limite, estão excluídos dessa clemência soberana "a prática da tortura, o tráfico ilícito de entorpecentes e drogas afins, o terrorismo e os definidos como crimes hediondos".

Bolsonaro citou como beneficiários os policiais que participaram do massacre de Eldorado de Carajás e do Carandiru, bem como os envolvidos no episódio do ônibus 174, no Rio. Qual a opinião do sr. a respeito? Não lembro, nos últimos tempos, de alguma concessão de indulto que tenha sido inconstitucional, nem mesmo aquele concedido por Temer, segundo o STF.

No entanto, prometer antecipadamente indultar determinada categoria pelo simples fato de integrarem as forças de segurança, parece-nos que, nessa hipótese, ultrapassa os limites constitucionais permitidos, afrontando o próprio Poder Judiciário, pois caracterizará, inegavelmente, "licença para matar", garantindo a impunidade não apenas desses policiais mas de todos os demais que vierem a matar no futuro. Será uma espécie sui generis de um "salvo conduto" prévio.

CONTINUA

05 SET 2019

FOLHA DE S. PAULO

CONTINUAÇÃO

Na campanha eleitoral, Bolsonaro atacou o indulto afirmando que era uma medida que colocava bandidos na rua. Qual a mensagem que ele passa ao prometer indultar policiais condenados? Essa questão deixa muito claras as incoerências no cotidiano do presidente: um dia diz uma coisa, no outro diz outra, e assim sucessivamente, não havendo qualquer segurança sobre o que pensa o senhor presidente, no suceder dos seus dias de governo. Comportamento como esse gera uma grave sensação de insegurança e de incerteza no futuro desse governo.

Aliás, parece estar seguindo a linha arbitrária do seu ministro da Justiça [Sergio Moro], que já tentou criar essa “licença para matar”, ao tentar alterar os artigos 23 e 25 do Código Penal [que tratam da legítima defesa e da atuação de policiais em confronto armado].

Nesses oito meses de governo, a polícia já assassinou muitas dezenas de pessoas nas grandes capitais, principalmente, nas favelas brasileiras, sem nem sequer res-ponder processo.

O indulto surgiu no direito em que momento e por qual razão? Quando foi introduzido no direito brasileiro? O indulto veio do período monárquico e instalou-se em todos os regimes republicanos ocidentais, a começar pelos Estados Unidos, na sua Constituição de 1787. Foi introduzido no Brasil com nossa Constituição Republicana de 1891.

Ao contrário do modelo norte-americano que aplica a clemência penal somente na espécie individual (perdão presidencial), no Brasil consolidou-se a incidência do indulto tanto individual (graça ou perdão presidencial), quanto

“

Sua adoção [do indulto] na forma pretendida pelo presidente beira as raias da inconstitucionalidade por sua finalidade anulatória das decisões do Poder Judiciário, além da gravidade de representar, declaradamente, uma ‘licença para matar’

coletivo (decretos genéricos de indultos), como sempre ocorre no período natalino.

Desde então foi mantido em todas as nossas Cartas Constitucionais. A atual consagra no inciso II do artigo 84, como prerrogativa exclusiva do presidente da República, limitado pelo disposto no inciso XLVIII do artigo 5º.

Não é um instrumento com certo traço absolutista, considerando que resulta de decisão unilateral e sem controle direto dos demais Poderes? Narealidade, a Constituição adotou um sistema de freios e contrapesos entre os três Poderes, o qual tem funcionado bem ao longo da nossa história. Logi-

camente, imaginou o legislador que o primeiro mandatário de uma nação seja uma pessoa coerente e ponderada, deixando como limite a previsão constitucional.

Por isso, parece-nos equivocado falar-se em “decisão unilateral”, na medida em que no constitucionalismo moderno não temos o Poder Executivo representado por um órgão coletivo. Devemos ter presente que se trata do Poder Executivo, que é exercido pelo presidente. E mais que isso: a referida decisão está sujeita ao controle de constitucionalidade, como ocorreu recentemente com o decreto [de] Temer.

É correto dizer que, por conta da superlotação das cadeias, o indulto se transformou no Brasil em um mecanismo de política penitenciária com o objetivo primordial de disponibilizar novas vagas? O indulto não é, nunca foi e nunca será, isoladamente, um instituto a ser utilizado como política criminal de abertura de vagas nas prisões obsoletas, superlotadas e desumanas brasileiras! Afirmação dessa natureza não passa de odiável demagogia barata, mal intencionada e imoral. No entanto, a sua adoção na forma pretendida pelo presidente beira as raias da inconstitucionalidade por sua finalidade anulatória das decisões do Poder Judiciário, além da gravidade de representar, declaradamente, uma “licença para matar”!

Aliás, o atual governo não tem nenhuma preocupação com a superlotação dos presídios, tanto que, em oito meses de governo, o seu ministro da Justiça não adotou nenhuma medida para conter a violência nas prisões e muito menos para diminuir a lotação dos presídios. Pelo contrário, houve várias rebeliões internas com a morte de mais de uma centena de presidiários e nenhuma política criminal ou administrativa foi adotada até agora pelo atual ministro.

05 SET 2019

FOLHA DE S. PAULO

MÔNICA BERGAMO

NOME E SOBRENOME

A cúpula da PF (Polícia Federal) está convencida de que não é o verdadeiro alvo de Jair Bolsonaro —mas que ele mira, isso sim, no ministro da Justiça, Sergio Moro.

GRAU ACIMA Para alguns dos mais respeitados integrantes do órgão, Moro já não está sendo constrangido —mas sim humilhado pelo presidente.

ESSE NÃO Além de engolir a exigência de Bolsonaro para demitir o diretor-geral, Maurício Valeixo, o ministro não estaria sequer conseguindo emplacar um nome de sua confiança no lugar.

FALA, MORO Na opinião de policiais próximos de Moro, o ex-juiz deveria reagir rápido —para poder sair do governo com pelo menos “algum crédito”, nas palavras de um deles.

O que já não terá, dizem, se seguir dobrando a espinha.

BEM QUIETO “Moro vai esperar dois anos e a troca de 50 diretores-gerais da PF para gritar?”, questiona um dos delegados mais influentes da corporação.

PAINEL

Quando a esperteza é demais

A Receita driblou ordem do Tribunal de Contas da União e, alegando seguir recomendação da Procuradoria-Geral da Fazenda, se recusou a enviar à corte os nomes de auditores que acessaram dados fiscais sigilosos de membros do Legislativo e do Judiciário federal nos últimos anos. Em documento enviado à corte, o fisco afirma que “entende ser possível encaminhar a quantidade”, mas não as identidades dos auditores. De 2014 a 2018, 1.073 peritos acessaram informações de autoridades.

DIVÓRCIO LITIGIOSO A renúncia de seis procuradores que trabalhavam com Raquel Dodge na PGR é o capítulo final de um longo desgaste. O Painel mostrou em maio que nomes de confiança da procuradora-geral já falavam em deixar postos dizendo que se ela fosse reconduzida teria dificuldade de montar uma equipe.

APONTAR... A Associação Nacional dos Procuradores recomendou que colegas que não tenham sido eleitos pelos pares para cargos no Ministério Público Federal não aceitem nomeações na atual gestão. Dodge antecipou a indicação de quadros que vão atuar na Justiça Eleitoral, por exemplo.

...FOGO A entidade avalia que é preciso aguardar a formalização do nome escolhido por Jair Bolsonaro para a cúpula do órgão. Procuradores dizem que se o presidente de fato nomear o subprocurador Augusto Aras ninguém deve menosprezar a chance de reação da categoria.

05 SET 2019

FOLHA DE S. PAULO

Desembargador manda soltar casal Garotinho

RIO DE JANEIRO. O desembargador Siro Darlan, do Tribunal de Justiça do Rio, determinou nesta quarta (4) a soltura dos ex-governadores Anthony e Rosinha Garotinho.

A decisão foi tomada de madrugada, menos de 24 horas após a prisão, e traz críticas veladas à Operação Lava Jato e ao instituto da delação premiada, usado para justificar a prisão dos ex-go-

vernadores do Rio a pedido do Ministério Público.

Garotinho saiu do presídio em Benfica, na zona norte da capital fluminense pela manhã.

Com base em delações de ex-executivos da Odebrecht, o casal é suspeito de ter superfaturado contratos celebrados entre a Prefeitura de Campos dos Goytacazes e a construtora durante os dois

mandatos de Rosinha, de 2009 a 2016. A defesa nega.

O desembargador afirma não ver razão para a prisão preventiva, já que os fatos que sustentam a acusação ocorreram entre 2008 e 2016 e não há menção a testemunhas que poderiam ser ameaçadas, prejudicando as investigações. Diz ainda que o uso da delação premiada nesse caso não respeita a doutrina.

05 SET 2019

FOLHA DE LONDRINA

Justiça bloqueia bens de Richa e outros réus da Operação Piloto em R\$ 19,6 mi

MPF ajuizou ação por improbidade administrativa contra investigados por supostas irregularidades em obras do pedágio no Paraná

Richa já teve os bens bloqueados pela Justiça em outra investigação da Operação Piloto e também no âmbito da Quadro Negro, que apura desvios na construção de escolas

Defesa diz que ex-governador tucano jamais se envolveu em qualquer ato de corrupção

Guilherme Marconi

Reportagem Local

O juiz Friedmann Anderson Wendpap, da 1ª Vara Federal de Curitiba, determinou o bloqueio de bens no valor de R\$ 19,96 milhões do ex-governador Beto Richa (PSDB) e de outras 16 pessoas por fatos revelados no âmbito da Operação Integração, que apura irregularidades no pedágio no Paraná.

Na decisão proferida na segunda-feira (2), o magistrado acata liminarmente pedido feito na ação civil pública por improbidade administrativa, ajuizada pelo Ministério Público Federal. São apurados fatos relacionados à concessionária Econorte. A investigação indica que propinas foram pagas em troca de aditivos contratuais, que aumentaram a tarifa e reduziram a obrigação de fazer obras.

Recentemente, Beto Richa teve bens bloqueados em outras duas oportunidades pela Justiça. Em agosto, o juiz federal substituto Paulo Sérgio Ribeiro acolheu pedido da força-tarefa Lava Jato no Paraná para bloquear cerca de R\$ 80 milhões em bens dos réus da Operação Piloto - entre eles, o ex-governador tucano, num valor de aproximadamente R\$ 20 milhões.

Em outubro do ano passado, na Operação Quadro Negro, o Ministério Público estadual pediu R\$ 300 milhões de bloqueio de bens no processo que investiga esquema de desvio de recursos para construção e reforma de escolas públicas.

OUTRO LADO

Em nota, assessoria do ex-governador esclarece que Beto Richa "jamais se envolveu em qualquer ato de corrupção, seja em relação

ao pedágio, seja em relação a qualquer outro tema. Na condição de governador, sua participação se limitou aprovar atos cuja legalidade fora atestada pelo Estado do Paraná, pelo DER (Departamento de Estradas e Rodagem), pela Agepar, sob fiscalização do governo federal. Todas as alterações realizadas, inclusive, foram avaliadas pela Procuradoria do Estado, que agora questiona esses atos. "A tentativa de vincular o ex-governador a supostos atos de corrupção se ampara exclusivamente na palavra de réus confessos, que receberam diversos benefícios para envolver seu nome nos supostos atos de corrupção em suas delações premiadas. Fora disso, não há prova alguma das alegações lançadas." diz a nota.

CONTINUA

05 SET 2019

FOLHA DE LONDRINA

CONTINUAÇÃO

Também réu, a defesa do primo do ex-governador, Luis Abi Antoun, informou que confia na justiça e sua inocência será comprovada no processo.

Já a Econorte diz que em relação à ação de improbidade administrativa não consta qualquer ordem contra a concessionária, já que esta ação foi extinta em relação à Econorte, conforme decisão anterior do juízo da 1ª Vara Federal de Curitiba.

FOLHA DE LONDRINA

Deputado quer 'critérios mais rígidos' para escolha de membros do TC

Mariana Franco Ramos

Reportagem Local

Curitiba - Um projeto de lei que tramita na AL (Assembleia Legislativa) do Paraná estabelece critérios mais rígidos para escolha dos conselheiros do TC (Tribunal de Contas). A iniciativa é do deputado de primeiro mandato Homero Marchese (PROS), que antes de ser eleito atuava no órgão de fiscalização, como analista.

Apesar de não ser permitido, pela legislação atual, modificar os requisitos, Marchese diz que a AL pode definir uma metodologia mais transparente e padronizada. O Tribunal tem ao todo sete conselheiros, sendo quatro indicados pela Assembleia e três pelo governador. Os cargos são vitalícios e a remuneração é de R\$ 35 mil mensais.

A intenção do deputado é delimitar as quatro fases do processo: inscrição, impugnação, arguição e votação. O texto estabelece todos os documentos que os candidatos precisam apresentar. Prevê também que a arguição dos indicados seja feita em sessão pública e aberta, com a presença de representantes de entidades como a OAB (Ordem dos Advogados do Brasil) e Conselhos de Economia, Contabilidade e Administração.

Marchese defende, ainda, a aplicação da Lei da Ficha Limpa como regra para permitir a inscrição. "Esse projeto tenta dar mais publicidade e transparência à escolha dos conselheiros, permitindo maior participação da sociedade civil e acompanhamento".

05 SET 2019

MAZZA

Negativo

O pedido da defesa do ex-presidente Lula pela inclusão das mensagens no aplicativo Telegram por agentes públicos da Lava Jato no julgamento do Sítio de Atibaia foi rejeitado no TRF4 pelo desembargador João Pedro Gebran Neto sob o fundamento de que tal material era decorrente de interceptações ilícitas, de ação, portanto, criminosa. Como se vê teremos debate essencial sobre esse tipo de documento em razão de sua origem delituosa. E de fato, embora o destaque concedido à questão pela mídia que reproduziu as falas, essa avaliação preliminar é procedente.

Veto & voto

Ricardo Barros, relator do projeto de abuso da autoridade, entende que o governo não tem votos suficientes para um veto abrangente. Há mediação por parte de líderes que apoiaram a inovação para que o presidente mantenha determinados trechos, mas em contrapartida há pressões para que o veto seja o mais amplo possível e isso em função de apelos de juízes, procuradores da República e policiais federais. Clara evidência de falta de coordenação prévia em tema tão delicado: se desidratar demais há reação e também no caso contrário.

Está criado um sanduíche em cima do presidente e de sua assessoria mais próxima. Para um governo que já pediu ao Ministério da Educação um projeto para proibir "ideologia de gênero" nas escolas do ensino fundamental situações como essa do veto deveriam configurar a rotina. É que a AGU, Advocacia Geral da União, em parecer técnico, entendeu que a regulação do tema é da competência da União, e em consequência o pedido de Bolsonaro à equipe do seu ministro da Educação. O tema leva necessariamente à judicialização, como se verifica quando provocado em câmaras municipais e legislativos estaduais.

FOLHA DE LONDRINA

PAULO BRIGUET

A Boa Nova dos juristas católicos

05 SET 2019

O promotor de justiça Vitor Hugo Nicastro Honesko, de Londrina, participou do I Congresso Nacional de Juristas Católicos, realizado no último dia 30, na sede da Academia Paulista de Letras, em São Paulo. Membro da Associação de Juristas Católicos de Londrina e amigo deste cronista sete leitores, comentou os principais temas discutidos no evento para a Avenida Paraná:

DIREITO E FÉ

Participar do I Congresso Nacional dos Juristas Católicos

foi, para mim, uma graça enorme, especialmente por ter a oportunidade de compartilhar com juristas advindos de todos os rincões do Brasil um momento de reflexões sobre como o Direito pode ser utilizado como arma contra o Cristianismo e contra a dignidade da pessoa humana. As brilhantes exposições dos palestrantes enfatizaram, em síntese, que a luta dos cristãos para proclamar a Boa Nova encontra sérios problemas nas estruturas judiciais do Estado Moderno, a começar pela tendência de se interpretar a laicidade estatal como ateísmo de Estado.

SÍMBOLOS CRISTÃOS

Em sua palestra, o desembargador Ricardo Dip, do Tribunal de Justiça de São Paulo, enfatizou que a adoção de um ateísmo oficial invariavelmente gerará injustiças com consequências negativas para toda a sociedade. A desembargadora Maria Cristina Zucchi, por sua vez, destacou casos ocorridos no Brasil e nos Estados Unidos, e mostrou que existem inúmeras ações judiciais que buscam suprimir manifestações e símbolos cristãos dos ambientes públicos.

REFORMA TRABALHISTA

O tema da reforma trabalhista foi abordado sob as lentes da Doutrina Social da Igreja. Em sua palestra, o ministro do TST Ives Gandra da Silva Martins Filho, que defendeu que as reformas legislativas recentemente implementadas estão de acordo com os princípios da encíclica "Rerum Novarum", do Papa Leão XIII e de outros documentos doutrinários da Igreja.

FAMÍLIA E IDEOLOGIA

O tema da defesa da vida desde a sua concepção foi abordado de forma aguerrida pela deputada federal Chris Tonietto (PSL-RJ), que criticou veementemente o ativismo judicial do STF, especialmente no caso em que liberou o aborto até o terceiro mês de gravidez. Não podiam faltar painéis que defendessem a família como direito fundamental de todo ser humano, ocasião em que foram explanados temas como o da ideologia de gênero, condenada pela Igreja. A ministra Damares Alves expôs todas as dificuldades encontradas no Ministério da Mulher, da Família e de Direitos Humanos, por muitos anos comandado pelo PT, sigla que sabidamente defende bandeiras contrárias a uma visão cristã da família.

DEFESA DA VIDA

A conferência de encerramento foi proferida pelo professor Ives Gandra da Silva Martins, momento em que lançou a obra "A Família na Constituição Brasileira". Aqui também foi aprovada uma missiva por todos os participantes do Congresso, em que se enfatizou a defesa da vida desde a sua concepção e se condenou toda a forma de ativismo judicial que não garanta a proteção da vida, além de também condenar recente projeto de lei que visa acabar com o conceito tradicional de família.

05 SET 2019

O ESTADO DE S. PAULO

Saída é vista como uma 'capitulação' de Sérgio Moro aos interesses políticos; escolhido pelo ministro,

Maurício Valeixo se cercou de nomes ligados à Operação Lava Jato

Polícia Federal já espera demissão de diretor-geral

A saída do diretor-geral da Polícia Federal, Maurício Valeixo, já é dada como certa pela corporação. Nos bastidores, a PF avalia que o ministro da Justiça, Sérgio Moro, foi “emparedado” por Bolsonaro, vem sofrendo sucessivas derrotas no governo e perderá de vez o poder de comando se não tiver carta branca para indicar o substituto de Valeixo. A troca está sendo vista na Polícia Federal como uma “capitulação” do ministro a interesses políticos.

Moro silenciou ontem diante de repórteres quando questionado se pretendia mesmo dispensar Valeixo. Em menos de três minutos, ele encerrou a entrevista, alegando ter outros compromissos. A atitude foi considerada “ridícula” por um integrante da cúpula da PF. O ministro conversou com Valeixo, por telefone. O *Estado* apurou que só o que falta, agora, é acertar a data da dispensa do diretor-geral, que tem férias de dez dias marcadas para a próxima segunda-feira.

O nome mais cotado para substituir Valeixo é o do atual secretário de Segurança do Distrito Federal, Anderson Gustavo Torres. O delegado é amigo do ministro da Secretaria-Geral da Presidência, Jorge Oliveira, desde a época em que os dois trabalharam no gabinete do deputado Eduardo Bolsonaro (PSL-SP), filho do presidente, e do ex-deputado Fernando

Francischini. Torres já atuou em áreas como inteligência e combate ao crime organizado. “É um nome natural e de total confiança do presidente, que nós apoiamos”, afirmou o deputado Felipe Francischini (PSL-PR), presidente da Comissão de Constituição e Justiça (CCJ) da Câmara.

A insistência de Bolsonaro em mudar o diretor-geral da PF desencadeou uma crise na corporação e se tornou novo foco de desgaste para Moro, que já perdeu o comando do Conselho de Controle de Atividades Financeiras (Coaf). Em entrevista ao jornal *Folha de S.Paulo*, anteontem, Bolsonaro disse que estava “tudo acertado” com o ministro sobre a troca de Valeixo.

Na prática, a cúpula da PF está alarmada com a interferência do presidente nos trabalhos internos desde que ele anunciou a saída do superintendente da corporação no Rio, Ricardo Sadi, no dia 15 de agosto. Na época, a resistência de Valeixo em aceitar o nome sugerido por Bolsonaro, o do delegado superintendente da PF no Amazonas, Alexandre Saraiva, acabou por colocá-lo na mira do presidente. “Se eu não posso trocar o superintendente, posso trocar o diretor-geral”, afirmou Bolsonaro, na ocasião.

Em sua equipe, Valeixo se cercou de nomes que trabalharam com a Lava Jato, entre eles o de

Igor Romário de Paula, ex-titular da operação no Paraná. Igor foi nomeado diretor de Investigação e Combate ao Crime Organizado (Dicor) da Polícia Federal, posto já ocupado por Valeixo. Além dele, foi indicado como diretor executivo Disney Rossetti, ex-superintendente da PF em São Paulo entre 2015 e 2018.

“Essa história de arejar a PF é que não entendemos. Se era para arejar, por que não se falou nisso em janeiro, quando foi trocada a administração da PF? O que deu errado de janeiro para cá? Por que esse movimento agora?”, criticou o presidente da Associação Nacional de Delegados da Polícia Federal, Edvandar Paiva, em referência à declaração de Bolsonaro de que era preciso dar uma “arejada” no comando da PF.

CONTINUA

05 SET 2019

O ESTADO DE S. PAULO

CONTINUAÇÃO

Tensão. Bolsonaro nega que sua interferência na PF tenha ligação com investigações envolvendo o senador Flávio Bolsonaro (PSL-RJ), seu filho primogênito, que é suspeito de ter se beneficiado com a “rachadinha” – irregularidade que consiste em fazer o servidor devolver parte do salário ao parlamentar – quando era deputado estadual na Assembleia Legislativa do Rio (Alerj).

No Planalto, auxiliares do presidente afirmam que a relação entre ele e Moro melhorou, mas os dois já tiveram conversas muito duras. Um dos momentos mais tensos ocorreu em 23 de agosto, antes da cerimônia do Dia do Soldado. Seis dias depois, momentos antes de descer a rampa que dá acesso ao Salão Nobre do Palácio do Planalto, ao lado do ministro, Bolsonaro e ele haviam tido um diálogo ríspido por causa da insistência do presidente em mudar a direção da PF. Naquele dia, Moro quase deixou o cargo.

Em um gesto de reaproximação, Bolsonaro o chamou de “patrimônio nacional” em cerimônia no Planalto.

Ex-superintendente da PF no Paraná por duas vezes, Valeixo trabalhou com Moro na investigação do caso Banestado, há 15 anos. O atual diretor-geral da PF ficou à frente da diretoria de Combate ao Crime Organizado durante três anos na gestão de Leandro Daiello, o mais longo comando da corporação.

A intenção de Bolsonaro não é só mexer na Polícia Federal. O presidente já sinalizou que vai fazer mudanças também na Agência Brasileira de Inteligência (Abin) e na Receita Federal.

BRENO PIRES, TÂNIA MONTEIRO,
VERA ROSA E RENATO ONOFRE

Corporação no centro da crise

● PF contradiz Bolsonaro

Em agosto, Bolsonaro alega “questão de produtividade” e diz que vai substituir o superintendente da PF no Rio, delegado Ricardo Saadi. No mesmo dia, PF, em nota, afirma que substituição já estava planejada e não tem “relação com desempenho”.

● 'Quem manda sou eu'

Bolsonaro anuncia que, para a vaga de Saadi, vai o delegado Alexandre Saraiva. “Quem manda sou eu”, diz. Comando a PF reage e avisa Moro de que “perderá o controle” do órgão se ceder a Bolsonaro.

DENIS FERREIRA NETTO / ESTADÃO - 10/1/2018



● Diretor-geral

“Se não posso trocar o superintendente, vou trocar o diretor-geral”, diz Bolsonaro em 22 de agosto, acrescentando que Maurício Valeixo (foto) é subordinado a ele, não a Moro.

● 'Reveses'

Na semana passada, Moro defende o trabalho de Valeixo, mas admite “reveses”, sem entrar em detalhes.

CONTINUA

05 SET 2019

O ESTADO DE S. PAULO

CONTINUAÇÃO

ANÁLISE João Domingos

JOÃO DOMINGOS

Dilemas do ministro da Justiça

Mesmo que Jair Bolsonaro e Sérgio Moro tenham se acertado, e até feito um gesto simbólico de reaproximação na semana passada, não dá para dizer que a situação do titular da Justiça é segura. Quando Bolsonaro diz, e repete, que quem manda é ele, o destinatário da mensagem é Moro. Porque a autoafirmação de autoridade de Bolsonaro, nesses casos, quase sempre é feita quando se trata de algum órgão ou alguma pessoa ligada a Moro.

Sabe-se que os dois tiveram discussão ríspida na semana passada, por causa da PF. Bolsonaro queria mudar o superintendente no Rio, encontrou resistências e ameaçou demitir o diretor-geral, Maurício Valeixo. Não contente, deu declarações dizendo que é ele o responsável pela direção-geral da instituição, não Moro. Ora, se é ele quem cuida da direção da PF, poderia ter demitido Valeixo, ou exigido dele a troca do superintendente, sem precisar dizer que a responsabilidade é dele, não de Moro. Ou Bolsonaro terá de pedir autorização de algum ministro quando quiser demitir outro? É lógico que não. Acontece que, ao deixar clara a intenção de fazer uma interferência na PF, levará à conclusão de que ele está se imiscuindo numa área que não lhe pertence. Daí, a citação a Moro, para dizer que não é ele o responsável pela direção da PF, mas o próprio presidente.

Sabe-se que Bolsonaro pretende trocar a direção da Abin e da Receita. A primeira é subordinada ao general Augusto Heleno; a segunda, a Paulo Guedes. No momento em que se decidir pela troca, Bolsonaro certamente chamará um e outro e mandará mudar o comando. Portanto, se quem manda na PF é Bolsonaro, por que ele precisa dizer aos quatro ventos que o mando é dele, não de Moro? Porque o ministro é popular e faz sombra ao presidente.

Feita a reconciliação, Bolsonaro já voltou ao ataque. À *Folha de S. Paulo*, disse que é preciso dar uma "arejada" na PF. O que está por trás da declaração é a certeza que ele tem de que a PF é corporação muito unida, com capacidade de reação e rebeldia, como a entrega dos cargos. Daí, a insistência em dar essa "arejada", o que não conseguirá sozinho. Precisar de Moro. Mas não tem a certeza de que o ministro seguirá suas ordens ao pé da letra. Até porque, se segui-las, Moro perderá a autonomia e será apenas mais um a obedecer cegamente a tudo o que o presidente determina.

05 SET 2019

O ESTADO DE S. PAULO

Desembargador manda soltar casal Garotinho 1 dia após prisão

Ex-governadores do Rio são acusados pelo Ministério Público do Estado de receber propinas da Odebrecht

Menos de 24 horas após a prisão preventiva dos ex-governadores do Rio Anthony Garotinho (sem partido) e Rosinha Matheus (Patriota), o desembargador Siro Darlan, plantonista do judiciário no Rio, acolheu ontem pedido da defesa e concedeu habeas corpus ao casal. Para Darlan, a decisão que embasou a prisão, “quando vista sob

a ótica da técnica jurídica mais apurada, se revela vazia de conteúdo e composta de jargões a justificar o decreto prisional sem qualquer necessidade”.

Garotinho deixou o Presídio José Frederico Marques, em Benfica, na zona norte, no meio da manhã. Rosinha, que estava em Bangu, foi solta logo depois. O desembargador determinou a entrega de passaportes e o comparecimento mensal à Justiça para comprovar residência.

Ao deixar a cadeia, Garotinho disse que sua prisão foi “abusiva”. “Tem um fator agravante, que eu fui o autor das denúncias no Ministério Público contra o Sérgio Cabral e todo aquele grupo”, afirmou o ex-governador.

O casal foi preso anteontem, na Operação Secretum Domus. Os dois são acusados, conforme denúncia do Ministério Público do Rio, de receber mais de R\$ 25 milhões em propina da Odebrecht entre 2008 e 2012. Eles negam. A Odebrecht diz colaborar com as investigações.

Ontem, a defesa do casal afirmou que a decisão “restabelece a Justiça”. / PEDRO PRATA, FAUSTO

MACEDO e MARCIO DOLZAN

Gilmar tira de Curitiba ação contra Mantega

Paula Reverbel
Pedro Venceslau

O ministro Gilmar Mendes, do Supremo Tribunal Federal (STF), determinou a retirada do único caso contra o ex-ministro Guido Mantega que corria na 13.^a Vara Federal de Curitiba, que concentra as investigações em torno da Operação Lava Jato. Gilmar determinou que o caso seja enviado à Justiça do Distrito Federal.

A decisão foi tomada anteontem e vale apenas para Mantega, apesar de outras pessoas serem réus na mesma ação. A denúncia havia sido aceita em agosto de 2018, quando o atual ministro da Justiça, Sérgio Moro, ainda era o juiz do caso - hoje sob responsabilidade do juiz Luiz Antonio Bonat.

Nessa ação, o ex-ministro é acusado de corrupção e lavagem de dinheiro. Segundo procuradores, ele teria recebido da empreiteira Odebrecht para atuar na edição de medidas provisórias que beneficiavam empresas do grupo, permitindo refinanciamento de dívidas.

De acordo com Fábio Tofic Simantob, advogado de Mantega, a medida de Gilmar apenas garante o cumprimento de outras decisões tomadas pela Segunda Turma do Supremo, que haviam tirado de Curitiba as menções feitas ao ex-ministro em delações premiadas.

Com a decisão, caem todas as medidas cautelares sobre Mantega, como a apreensão de passaportes e também o uso de tornozeleira eletrônica.

05 SET 2019

O ESTADO DE S. PAULO

Motorista de Uber não tem vínculo, decide STJ

Por unanimidade, Corte definiu que profissional que presta serviço para aplicativo não pode ser considerado empregado

Motoristas que prestam serviços de transportes pelo aplicativo Uber não têm nenhum tipo de vínculo trabalhista com a empresa, segundo decisão publicada ontem pelo Superior Tribunal de Justiça (STJ).

O caso fixa um importante precedente para a companhia de transporte por aplicativo no País, um de seus principais mercados. O Uber chegou ao Brasil em 2014. O entendimento foi fixado na semana passada pela unanimidade dos ministros que integram a 2.ª Seção do STJ.

“Os motoristas de aplicativo não mantêm relação hierárquica com a Uber porque seus serviços são prestados de forma eventual, sem horários preestabelecidos e não recebem salário fixo, o que descaracteriza o vínculo empregatício entre as partes”, disse o relator do caso, ministro Moura Ribeiro.

“As ferramentas tecnológicas disponíveis atualmente permitiram criar uma nova modalidade de interação econômica, fazendo surgir a economia compartilhada, quando a prestação de serviços por detentores de veículos particulares é intermediada por aplicativos geridos por empresas de tecnologia. Nesse processo, os motoristas, executores da atividade, atuam como empreendedores individuais, sem vínculo de emprego com a empresa proprietária da plataforma”, reforçou o relator.

Esse posicionamento do STJ é importante por se tratar da primeira vez em que uma Corte superior fixa um entendimento

Veredito

“Os motoristas de aplicativo mantêm relação hierárquica com o Uber porque seus serviços são prestados de forma eventual.”

Moura Ribeiro

MINISTRO DO STJ

para o assunto, o que deve repercutir em futuras decisões de primeiro e segundo grau. Desde o início de 2017, motoristas e aplicativos de transporte têm brigado na Justiça pelos direitos trabalhistas dos motoristas.

Em diversas partes do mundo, batalhas semelhantes têm ocorrido. Em março deste ano, a empresa concordou em pagar US\$ 20 milhões para resolver uma ação movida por motoristas há quase seis anos na Justiça da Califórnia, de acordo com documentos judiciais, resolvendo uma de suas muitas batalhas legais com os motoristas. O valor do acordo é um quinto da oferta proposta pelo Uber em 2016 para resolver o caso, avaliada em até US\$ 100 milhões, que o juiz distrital Edward Chen na época julgou como inadequada.

Cível. O STJ entendeu que caberá à Justiça Cível dos Estados e não à Trabalhista resolver questões referentes a motoristas que usam o aplicativo e a empresa. Em nota, o Uber comemorou: “O STJ julgou que motoristas parceiros não possuem relação trabalhista com o Uber. A decisão afirma que eles são microempreendedores individuais que utilizam a plataforma do Uber para realizar sua atividade econômica – reforçando o entendimento da Justiça do Trabalho, que em mais de 250 casos afirmou que não existe vínculo empregatício entre motoristas parceiros e o Uber”. / REUTERS

05 SET 2019

TRIBUNA DO PARANÁ

SILÊNCIO ESTRATÉGICO

Edison Brittes, assassino confesso do jogador Daniel, ficou calado durante audiência em São José dos Pinhais

Giselle Ulbrich
giselleu@tribunadoparana.com.br

Acusado pela morte do jogador Daniel Correa Freitas, o comerciante Edison Brittes Júnior, o “Juninho Riqueza”, permaneceu em silêncio durante seu interrogatório no Fórum de São José dos Pinhais, na Região Metropolitana de Curitiba, na tarde de ontem.

A defesa dele, representada pelo advogado Cláudio Dalledone, entendeu que ainda há muitas coisas a serem anexadas ao processo e por isto Edison se calou. “Ele tem não só o direito, mas a garantia de permanecer em silêncio e foi o que aconteceu. As deficiências e imperfeições do inquérito policial têm que ser sanadas. Uma delas seria fazer uma reprodução simulada dos fatos, algo que foi requisitado no inquérito e não foi feito”, disse o advogado.

Logo depois de Edison, veio o interrogatório de Evellyn Brisola Perusso, que é acusada de fraude processual, denúncia caluniosa, corrupção de

menores e falso testemunho. Conforme seu advogado, Luiz Roberto Zagonel, Evellyn ratificou absolutamente tudo o que falou no inquérito policial e respondeu a todas as perguntas que lhe foram feitas, inclusive sobre ter limpado o sangue na residência. “Ela viu tudo. Daqui a pouco chega o agressor na casa e fala ‘vamos limpar tudo’. Ele não a obrigou, mas qualquer pessoa nesta situação ficaria com medo”, explica.

Encerradas as oitivas das duas réis soltas, Allana e Evellyn, iniciaram-se as dos réus presos. Edison, que foi o primeiro, optou por calar-se. Depois dele vieram Ygor King e David William Voller da Silva, que por orientação de seu advogado, Rodrigo Faucz, também se calaram.

“Entendemos que o Edison deveria se pronunciar primeiro, já que ele deveria falar sobre todo o crime. Ficou bem provado que o Ygor e o David participaram só das agressões. Então

se Edison não falar primeiro, eles também ficarão em silêncio”, disse Faucz, que trabalha para que os dois jovens não sejam levados a júri por homicídio.

‘Abriu o bico’

Diferente dos outros réus presos, Eduardo Henrique da Silva falou em juízo. Conforme seu advogado, Edson Stadler, Eduardo afirmou que saíram da casa da família Brittes, em São José dos Pinhais, apenas com a intenção de dar uma lição no jogador e cortar o pênis dele para que não fizesse com outra mulher o que teria feito com Cristiana. Não tinham a intenção de bater ou matá-lo e achavam que Daniel conseguiria buscar socorro em algum hospital.

Choro e emoção

O último interrogatório do dia foi o de Cristiana Brittes, que demorou quase uma hora. “Um interrogatório emocionante, de uma mulher que foi abusada sexualmente e que teve

sua vida desgraçada por um indivíduo que invadiu sua casa, que invadiu o quarto, que se deitou na cama, se despiu e abusou sexualmente dela”, resume o advogado da ré, Cláudio Dalledone. O advogado já protocolou, na semana passada, um pedido de liberdade de Cristiana.

Acabou, por enquanto

O advogado Nilton Ribeiro, assistente de acusação (que trabalha em favor da família do jogador Daniel), lamentou que três, dos sete réus, não se pronunciaram. “É um direito deles permanecerem calados. Mas perderam a oportunidade ímpar de se defender e tentar apresentar alguma justificativa para o que fizeram, sé é que há alguma”, diz ele. Agora a juíza analisa todo este conjunto e tem um prazo para ver se pede novas diligências ou se já decide se os réus vão a júri popular.

Edison Brittes se cala em interrogatório do Caso Daniel

Edison Brittes Junior, réu confesso do assassinato de Daniel Corrêa Freitas, ficou calado durante interrogatório à Justiça de São José dos Pinhais. Ele seria o quarto ouvido na audiência, mas por orientação do advogado Cláudio Dalledone, optou por ficar em silêncio e não responder às perguntas da juíza Luciani Regina Martins de Paula.

Antes dele, passaram por interrogatórios as jovens Allana Brittes e Evellyn Brisola Perusso. A filha de Edison optou por não responder a questionamentos da

acusação. Já Evellyn respondeu aos questionamentos e deu sua versão sobre o ocorrido.

Com a recusa de Edison em falar, o advogado Rodrigo Faucez também orientou seus clientes em permanecerem quietos. Com isso, Ygor King e David Willian Vollero Silva também ficaram quietos. "Por orientação minha, optaram por ficar em silêncio, por conta da necessidade de Edison ser o primeiro a falar. Ficou bem claro que a participação deles é somente nas agressões, então foi preferível que fiquem em silêncio", disse. ■

Seis procuradores pedem para sair da Lava Jato

Seis procuradores pediram desligamento da Operação Lava Jato na Procuradoria-Geral da República. Eles faziam parte do grupo que investigava políticos com foro privilegiado na operação. São eles: Raquel Branquinho, Maria Clara Noleto, Luana Vargas, Hebert Mesquita, Victor Riccely e Alessandro Oliveira.

O pedido de desligamento é motivado, segundo eles, por "grave incompatibilidade de entendimento dos membros desta equipe com a manifestação enviada pela PGR ao STF". A manifestação está sob sigilo, mas a TV Globo informou que o conteúdo envolve a delação do empreiteiro Léo Pinheiro, da OAS.

DINHEIRO BLOQUEADO

A Justiça Federal determinou o bloqueio de bens em até R\$ 19,9 milhões do ex-governador Beto Richa (PSDB), de outras 16 pessoas e duas empresas. Eles são investigados na Operação Integração, que apura crimes como corrupção e lavagem de dinheiro na concessão de rodovias no Paraná. A decisão do juiz Friedmann Anderson Wendpa, da 1ª Vara da Justiça Federal, em Curitiba, é da segunda-feira (2).

05 SET 2019

INDÚSTRIA E COMÉRCIO

Motorista de Uber não tem vínculo empregatício com aplicativo, diz STJ

O Superior Tribunal de Justiça (STJ) decidiu que os motoristas de Uber não têm vínculo empregatício e, por isso, não podem reivindicar direitos na Justiça trabalhista. A decisão, publicada ontem, foi tomada na semana passada, por unanimidade, pelos dez ministros que compõem a Segunda Seção da Corte.

O entendimento foi alcançado no julgamento de um conflito de competência, em que coube ao STJ definir qual ramo da Justiça deveria julgar um pedido de indenização feito por um motorista após o Uber bloqueá-lo por má conduta.

O motorista processou o aplicativo na Justiça de Minas Gerais, alegando danos materiais por ter ficado impossibilitado de trabalhar. Contudo, por entender tratar-se de um conflito trabalhista, o juízo estadual enviou o caso para a Justiça do Trabalho, que tampouco reconheceu ser competente para julgá-lo.

Ao definir a competência da Justiça comum para analisar o processo, o relator no STJ, ministro Moura Ribeiro, afirmou que os “motoristas de aplicativo não mantêm relação hierárquica com a empresa Uber, porque seus serviços são prestados de forma eventual, sem horários pré-estabelecidos, e não recebem salário fixo, o que descaracteriza o vínculo empregatício entre as partes”.

Para o ministro, o motorista de aplicativo é um trabalhador autônomo. “Afastada a relação de emprego, tem-se que o sistema de transporte privado individual, a partir de provedores de rede de compartilhamento, detém natureza de cunho civil”, afirmou. Ele foi acompanhado por todos os demais ministros da Segunda Seção do STJ.

Fim do abuso

FÁBIO CAMPANA

O deputado federal Ricardo Barros (PP) afirmou que a lei de abuso de autoridade aprovada pelo Congresso Nacional coloca as autoridades no mesmo patamar, atinge todos os poderes e garante o direito constitucional dos cidadãos.

“A lei só trata de quem abusa. Atinge o Judiciário, o Legislativo, o Executivo, os Tribunais de Contas e o Ministério Público. Todas as autoridades, todo servidor público está atingido. O que nós estamos propondo é que toda autoridade constituída aja estritamente dentro da lei”, afirmou em entrevista.

“Coloca todas as autoridades no mesmo patamar, de serem responsáveis pelos atos, de sofrerem sanção quando não agirem dentro da norma legal”, acrescentou. Barros, relator da matéria na Câmara,

explicou que os deputados ratificaram o texto discutido e aprovado no Senado em 2016, que excluiu o “crime de hermenêutica”.

“Não é fato novo. É justo que todos respondam pelos seus atos. Foi preservada a hermenêutica, ou seja, o juiz pode interpretar a lei da forma que lhe convier, mas não pode agir contra a lei”. A respeito das críticas à lei feitas pela força tarefa da Lava Jato, Ricardo Barros reafirmou que “por mais nobre que seja a causa do combate à corrupção, ela deve ser feita dentro da lei”. “A Lava Jato cometeu inúmeras irregularidades, inúmeros abusos de poder, inúmeros crimes para combater o crime. Por mais nobre que seja a causa do combate à corrupção, ela deve ser feita dentro da lei”.

Liberdade religiosa

Ministro do STJ “terrivelmente evangélico”, Humberto Martins fará palestra no 26º Simpósio Internacional sobre Liberdade Religiosa em Atlanta (EUA), no dia 7 de outubro. Ele foi convidado pela cúpula da igreja mórmon, da qual faz parte o empresário brasileiro Carlo Wizard.

Previdência no STF

Está na pauta do Supremo Tribunal Federal (STF) de setembro três Ações Diretas de Inconstitucionalidade que questionam a reforma da Previdência... do governo Lula. As três ações tramitam desde 2004.

Garotinho solto

O desembargador Siro Darlan, em plantão judiciário, mandou soltar Anthony Garotinho e Rosinha Matheus.